

**N.F. Nº** - 210560.0024/20-0  
**NOTIFICADO** - ALINE NASCIMENTO RIBEIRO  
**NOTIFICANTE** - PAULO CESAR MARTINS SANTOS  
**ORIGEM** - DAT SUL/INFAZ SUDOESTE  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET – 08.06.2022

**6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO JJF Nº 0112-06/22NF-VD**

**EMENTA:** ITD. FALTA DE RECOLHIMENTO. DOAÇÃO DE QUALQUER NATUREZA. Alegações defensivas não elidem a presunção de legitimidade da ação fiscal. Impugnante celebrou, em datas anteriores à ocorrência do fato gerador do imposto, união estável com posterior conversão em casamento, ambos sob regime de separação total de bens. Restou comprovada a existência de uma doação e não de simples transferência de numerário entre conviventes. Infração caracterizada. Instância única. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 22/09/2020, exige do Notificado ITD no valor de R\$2.800,00, mais multa no valor de R\$1.680,00 e acréscimos moratórios de R\$1.060,08, perfazendo um total de R\$5.540,08, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 41.01.13: falta de recolhimento do ITD incidente sobre doação de qualquer natureza.

Enquadramento Legal: art. 1º da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989.

Tipificação da Multa: art. 13, inciso II da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

A Notificada apresenta peça defensiva (fls.17/29), inicialmente reproduzindo o conteúdo do lançamento, para, em seguida, alegar que não houve uma doação, mas um lapso por parte do Contribuinte UADNES LIMA RIBEIRO, CPF nº 033.484.805-90, que já tinha união estável com a Impugnante, ao preencher a Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física.

Registra que a declaração da requerente entregue à Receita Federal foi cancelada por constar erros, pois a Impugnante constava como dependente do companheiro e, ao mesmo tempo, fez indevidamente uma declaração do IR. Declaração esta utilizada pela SEFAZ para a lavratura da Notificação Fiscal.

Afirma que durante o ano calendário constante do lançamento ocorreram várias transferências de valores entre eles, situação que não deveria ser reconhecida como doação, como fez o companheiro da defendente, haja vista o disposto no art. 1º da Lei 4.826/89. Pelo que, entende que incorreu fato gerador que propicie a cobrança.

Assevera que, na convivência sob a forma de união estável, os bens dos cônjuges adquiridos se comunicam, não ocorrendo a cobrança do ITD, pois seria o mesmo que tributar uma transferência de valor do contribuinte para ele mesmo.

Alega que a união estável vem existindo antes de 2014 e perdura até a presente data (04/12/2020) e, como prova, é o nascimento da filha do casal em 10/12/2014.

Finaliza a peça defensiva, requerendo a improcedência do lançamento.

Na Informação Fiscal (fls. 32/34), o Notificante reproduz o conteúdo do lançamento, assim como da Impugnação, para, em seguida, esclarecer: 1) que a Impugnante não apresentou sua DIRPF ano calendário 2015, para dar efeito a comprovação das suas alegações, trazendo aos autos apenas uma folha da DIRPF de UDANES LIMA RIBEIRO; 2) que diferentemente do alegado na defesa, os bens das partes em convívio não se comunicam, nem os amealhados durante o convívio, em obediência ao Pacto Antenupcial celebrado entre as partes no dia 28/05/2014. Registrando que este fato foi confirmado quando da lavratura da Certidão de Conversão de União Estável em casamento (fl. 24).

Conclui que a tese de comunicabilidade dos bens não tem como prosperar, considerando o regime patrimonial livremente estabelecido pelos conviventes de plena separação dos bens, inclusive os adquiridos na constância da relação.

Entende que houve uma verdadeira doação, devendo incidir o ITD Doação, conforme reclamado na Notificação Fiscal.

Finaliza a Informação Fiscal pugnando pela procedência total do lançamento, sobretudo pela falta de comprovação do recolhimento tempestivo e antecedente à reclamação do crédito tributário.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

## **VOTO**

A Notificação Fiscal em lide exige da Notificado ITD no valor de R\$2.800,00, mais multa no valor de R\$1.680,00 e acréscimos moratórios de R\$1.060,08, perfazendo um total de R\$5.540,08 e é composto de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da falta de recolhimento do ITD incidente sobre doação de qualquer natureza (fl. 01), consoante informações constantes na DIRPF 2016/2015 do Contribuinte.

Em síntese, o Notificado alega não houve uma doação, mas sim uma transferência de valores entre ela e o Sr. UADNES LIMA RIBEIRO, CPF nº 033.484.805-90, com quem celebrou união estável, ocorrida antes de 2014.

Afirma que durante o ano calendário constante do lançamento ocorreram várias transferências de valores entre eles, situação que não deveria ser reconhecida como doação, como fez o companheiro da defendente, haja vista o disposto no art. 1º da Lei 4.826/89. Pelo que, entende que incorreu fato gerador que propicie a cobrança. Finalizando a peça defensiva, requerendo a improcedência do lançamento.

Em suma, na Informação Fiscal, o Notificante esclarece: 1) que diferentemente do alegado na defesa, os bens das partes não se comunicam, nem os amealhados durante o convívio, em obediência ao Pacto Antenupcial celebrado entre as partes no dia 28/05/2014 e ao que consta na Certidão de Conversão de União Estável em casamento (fl. 24).

Finaliza a Informação Fiscal pugnando pela procedência total do lançamento.

Inicialmente, cumpre destacar que a defesa foi ofertada dentro do prazo regulamentar, não se identificando problemas de intempestividade. Entendo que o lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente estão revestidos das formalidades legais e não estão incursos em quaisquer das hipóteses do artigo 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento. Reverenciados o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem arranjo aos demais princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.

Na presente Notificação Fiscal, foram indicados de forma compreensível os dispositivos infringidos e a multa aplicada, relativamente à irregularidade apurada e não foi constatada violação ao devido processo legal.

Compulsando os documentos constantes dos autos, particularmente: 1) Cópia de Escritura Pública de Pacto Antenupcial firmado pela Impugnante e o SR. UADNES LIMA RIBEIRO, CPF 033.484.805-90 em **28/05/2014**, que discrimina como regime da união a completa e absoluta separação de bens (fls. 24/25); 2) Cópia da Certidão de Conversão de União Estável em Casamento Civil, emitida em **10/07/2014**, que especifica como regime de bens do casamento a separação convencional, inclusive fazendo menção à Escritura Pública de Pacto Antenupcial (fl. 23), e 3) Notificação Fiscal lavrada em 22/09/2020, que discrimina como data da ocorrência do fato gerador da obrigação o dia **31/12/2015**, verifico, por um lado, improceder a alegação defensiva de existir comunicação de bens da Requerente com os do seu cônjuge, haja vista que, tanto a união estável, bem como o casamento, foram celebrados sob o **regime de completa e absoluta separação de bens**. Por outro lado, constato, que a união estável e o posterior casamento ocorreram em **datas anteriores** à ocorrência da transferência de numerário declarada na DIRPF 2016/2015 pela Requerente.

Esclareço que regime da separação convencional de bens é aquele que decorre da autonomia privada dos cônjuges, escolhido por meio de pacto antenupcial, conforme autoriza o art. 1.640 do Código Civil Brasileiro. Saliento que este regime mantém os bens do casal separados antes e durante o casamento. Noutras palavras inexistente comunicação de bens.

Para finalizar, entendo que a infração está plenamente caracterizada, pela ocorrência de uma doação sujeita ao recolhimento do ITD e não foram apresentados elementos que pudessem elidir a presunção de legitimidade da ação fiscal.

Nos termos expendidos, voto pela PROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **210560.0024/20-0**, lavrada contra **ALINE NASCIMENTO RIBEIRO**, devendo ser intimado o Notificado para efetuar o pagamento do ITD no valor de **R\$2.800,00**, acrescido da multa de 60%, estabelecida no art. 13, inciso II da Lei 4.826/89 e dos acréscimos moratórios estabelecidos na Lei 9.837/05.

Sala virtual das Sessões do CONSEF, 11 de maio de 2022.

PAULO DANILO REIS LOPES – PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – RELATOR

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - JULGADOR